



TERMO DE DOAÇÃO Nº. 007/CEGÁS/2022
PROCESSO SCDOC Nº 9115/2022

TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FECA, O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ – CEDCA-CE E A ENTIDADE BENEFICIÁRIA INSTITUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA - IPREDE, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

Pelo presente instrumento, a **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS** situada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, CEP.: 60.830-005, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 73.759.185/0001-96, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Leandro Petsold dos Santos Araújo** e o Diretora Presidente **Francisca Maria Maia**, devidamente nomeados pelo Conselho de Administração desta Companhia, obedecendo assim os critérios estabelecidos no Estatuto Social da CEGÁS, e o **FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FECA**, inscrito no CNPJ nº 14.761.583/0001-88, com sede na cidade Fortaleza/CE, na Rua Soriano Albuquerque, nº 230, bairro Joaquim Távora, Cep. 60.130-160, doravante denominada **FUNDO ESTADUAL**, neste ato representado pelo(a) Presidente Sr.(a) Monica Regina Gondim Feitosa, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ – CEDCA/CE**, com sede na cidade Fortaleza/CE, na Rua Soriano Albuquerque, nº 230, bairro Joaquim Távora, Cep. 60.130-160, doravante denominado **CONSELHO ESTADUAL**, neste ato representado (a) pelo(a) **Presidente** Monica Regina Gondim Feitosa, residente e domiciliada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e a Entidade **INSTITUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA - IPREDE**, com sede na cidade de Fortaleza, estado do Ceara, com sede na Rua Professor Carlos Lobo, nº 15, bairro Cidade dos Funcionários, Cep: 60.821-740, inscrita no CNPJ sob nº 11.088.218/0001-66, doravante denominada **ENTIDADE BENEFICIÁRIA** neste ato, representada pelo(a) Presidente **Francisco Sullivan Bastos Mota**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza/CE, celebram o presente **Termo de Doação**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Termo tem como fundamento a Lei Federal nº 13.303/2016, a Lei Federal nº 8.069/1990.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente **Termo de Doação** tem por objeto a doação de recursos ao **FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FECA**, em favor da **Entidade Beneficiária INSTITUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA - IPREDE**, que será administrado e acompanhado pelo **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ – CEDCA/CE**, conforme especificações constantes no processo administrativo, no Edital do Programa CEGÁS de Responsabilidade Social, bem como a Descrição do Projeto “**CONECTA**”.

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-005

Home page: www.pegas.com.br E-mail: pegas@pegas.com.br

Central Telefônica: (85) 3266-6900



CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. Para a execução do objeto deste Termo, serão destinados pela CEGÁS ao **FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FECA**, recursos no valor de **R\$ 37.000,00** (trinta e sete mil reais), a serem desembolsados em uma única parcela, após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE, devendo ser repassado à **Entidade Beneficiária INSTITUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA - IPREDE**.

3.2. O Fundo deve repassar os recursos financeiros para a(s) entidade(s) executora(s), no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data da efetivação das destinações de recursos pela CEGÁS, podendo esse prazo ser prorrogado mediante aditamento a ser firmado entre as partes em virtude de não ter sido suficiente para conclusão dos trâmites normativos e legais necessários ao repasse dos valores definidos;

3.3. A destinação financeira objeto deste Termo será efetuada por meio de depósito na **conta corrente nº 25.861 - X, Agência 0008-6, Operação 006, Banco 001 – Banco do Brasil**, de titularidade do **FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FECA**.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1. O prazo de vigência e realização deste Termo será **de até 15 (quinze) meses** contados a partir da data da celebração deste instrumento.

4.2. O prazo de execução do presente Termo é **de 12 (doze) meses** contado após publicação no DOE o extrato deste instrumento contratual, prazo este em que o objeto a ser executado deverá ser realizado no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

4.3. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 71 e 72 da Lei Federal nº 13.303/2016 e do art. 167 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ATRIBUIÇÕES

5.1. COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS:

a) adotar as providências internas necessárias à viabilização da destinação dos recursos, na forma prevista, ao **FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FECA**.

5.2. FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FECA:

a) apresentar à CEGÁS, no prazo de **60 (sessenta) dias** após a assinatura do presente instrumento, recibos assinados comprovando as destinações efetuadas pela CEGÁS;

b) apresentar à CEGÁS informações semestrais e relatórios de execução, com fotos e/ou vídeos, detalhando as ações e itens realizados;

c) apresentar à CEGÁS, no prazo de **90 (noventa) dias** após a assinatura do presente instrumento, cópia dos comprovantes de entrega da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF) entregue à Receita Federal.



5.3. INSTITUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA - IPREDE:

- a) após o recebimento dos recursos repassados pelo **FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FECA**, executar de forma plena e fiel o Projeto “**CONECTA**”, selecionado pelo Edital Programa CEGÁS de Responsabilidade Social, conforme condições propostas no projeto;
- b) apresentar à CEGÁS informações semestrais e relatórios de execução, com fotos e/ou vídeos, detalhando as ações e itens realizados;
- c) obter autorização de uso de imagem dos participantes dos projetos contemplados, a ser enviada à CEGÁS juntamente com os relatórios semestrais.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A CEGÁS exercerá a Fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratual nos termos do § 1º do art. 195, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILCS, a seu exclusivo interesse, sem prejuízo, redução ou exclusão da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

7.1. O Fundo, o Conselho e a Entidade Beneficiária (executora) do projeto declaram que não se encontram em situação de mora ou inadimplência perante qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta. Declaram também que não existe sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos das entidades ou de seus dirigentes, que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho adolescente (salvo na condição de aprendiz), trabalho escravo (ou análogo), assédio moral ou sexual, proveito criminoso da prostituição, ou crime contra o meio ambiente, salvo se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Entidade BENEFICIÁRIA (ou seus dirigentes), observado o devido processo legal.

CLÁUSULA OITAVA – DA INTEGRIDADE, ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

8.1. A plena execução do objeto deste Termo pressupõe, além do cumprimento das cláusulas e condições definidas neste instrumento, a observância por parte dos BENEFICIÁRIOS de procedimento de integridade, conduta ética e adoção de procedimentos anticorrupção na execução dos serviços, atendendo integralmente ao que dispõe a Lei nº 12.846/13. Para tanto, os BENEFICIÁRIOS:

8.1.1. Para fins da presente cláusula, DECLARAM:

- a) ter ciência de que o disposto na Lei nº 12.846/13 aplica-se ao presente TERMO;
- b) ter pleno conhecimento do que dispõe a Lei nº 12.846/13, em especial no que se refere à prática de atos lesivos à Administração Pública, tendo ciência da responsabilização administrativa e civil a que ficará sujeito na hipótese de cometimento de tais atos, além das penalidades aplicáveis, nos termos da referida Lei;
- c) ter ciência de que a prática de atos lesivos à Administração Pública, definidos no art. 5º da Lei nº 12.846/13, sujeitá-lo-á à aplicação das sanções previstas na referida Lei, observados o contraditório e a ampla defesa;



8.1.2. Fica obrigado a:

a) cumprir fielmente o disposto na Lei nº 12.846/13, abstendo-se do cometimento de atos lesivos à Administração pública, definidos no art. 5º da Lei retro mencionada, mormente no diz respeito a práticas corruptas e/ou antiéticas;

b) respeitar e exigir que seus colaboradores respeitem, no que couber, os princípios éticos e os compromissos de conduta definidos no Manual de Ética e de Conduta nos Negócios da CEGÁS, cujo teor poderá ser acessado no site www.cegas.com.br, no seguinte caminho: **<http://www.cegas.com.br/gas-natural/downloads/>**;

c) disseminar entre seus colaboradores alocados na prestação dos serviços objeto deste TERMO o conhecimento sobre o disposto na Lei nº 12.846/13, de modo que seja assegurado que os mesmos entendam os termos da referida Lei e tenham consciência da relevância do tema integridade e ética na execução dos serviços;

d) cuidar para que nenhuma pessoa ou entidade ofereça, dê, se comprometa a dar a quem quer que seja, aceite ou se comprometa a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção perante a legislação vigente, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo, ou de outra forma que não relacionada a este, devendo-se garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma;

e) manifestar aos seus colaboradores alocados na prestação dos serviços objeto deste TERMO, bem como a qualquer pessoa ou entidade que aja em seu nome, a proibição de que qualquer um deles utilize meio imoral ou antiético nos relacionamentos com os empregados da CEGÁS;

f) cooperar com a CEGÁS e demais órgãos, entidades ou agentes públicos, em caso de denúncia, suspeita de irregularidades e/ou violação da Lei nº 12.846/13 referentes ao presente TERMO.

PARÁGRAFO ÚNICO – A aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/13 não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos ilícitos alcançados pela Lei 13.303/2016 ou outras normas apropriadas.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO TERMO

9.1. A inexecução total ou parcial deste Termo pela ENTIDADE BENEFICIÁRIA ensejará sua rescisão pela CEGÁS, com as consequências previstas neste Termo e na legislação que rege a Administração Pública e seus contratos.

9.2. Considera-se em mora a ENTIDADE BENEFICIÁRIA pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste Termo, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

9.3. Constituem motivo para a rescisão do termo:

I – O não cumprimento de suas cláusulas especificações, projetos ou prazos;

II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;



III – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

IV – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;

V – A instauração de insolvência civil;

VI – A dissolução da sociedade ou o falecimento do representante legal do(a) ENTIDADE BENEFICIÁRIA;

VII – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da ENTIDADE BENEFICIÁRIA, que prejudique a execução deste termo;

VIII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CEGÁS e exaradas no processo administrativo a que se refere este termo;

IX – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do termo, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a ENTIDADE BENEFICIÁRIA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

X – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XI – Descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.4. A rescisão deste termo poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a VIII e XI do subitem anterior;

II – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;

III – Judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a CONTRATADA deverá:

a) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CEGÁS e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CEGÁS, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

FSBM
FMM
LPSA



b) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

c) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da CEGÁS. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CEGÁS, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações. A CONTRATADA não deverá repassar ou disponibilizar os dados pessoais passados pela CONTRATANTE para qualquer terceiro sem a sua prévia e expressa anuência.

d) Caso necessários, auxiliar a CEGÁS na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei. A CONTRATADA deverá cooperar com a CONTRATANTE e tomar todas as medidas cabíveis para auxiliar o CONTRATANTE e as autoridades competentes a investigar, mitigar e remediar o incidente ocorrido. Cada parte deve manter todas as informações deste Contrato sob sigilo e não deve compartilhar e disponibilizar tais informações com terceiros sem a prévia autorização expressa da outra parte.

e) Conforme previsão legal, fornecer informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, conforme diretrizes do Controlador dos dados.

f) Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros Contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros Contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CEGÁS assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à CEGÁS. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

g) Garantir que o titular dos dados pessoais possa revogar o consentimento para tratamento de seus dados pessoais, a qualquer tempo, por e-mail ou por carta escrita, conforme o artigo 8º, § 5º, da Lei nº 13.709/2020. Mas, o Titular deve ficar ciente de que a Controladora poderá permanecer utilizando os dados para as seguintes finalidades:

i) Para cumprimento de obrigações decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva da categoria da Controladora;

ii) Para procedimentos de admissão e execução do contrato de trabalho, inclusive após seu término;

iii) Para cumprimento, pela Controladora, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;

iv) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;

v) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;



- vi) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- vii) Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CEGÁS, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

10.2. Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CEGÁS para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

10.3. A CONTRATADA deverá notificar a CEGÁS em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pelo CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

10.4. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CEGÁS e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pelo CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ÉTICA E INTEGRIDADE / CONFORMIDADE

11.1. A CONTRATADA deverá observar, durante a vigência do presente contrato, o disposto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), comprometendo-se em não praticar quaisquer atos lesivos à CEGÁS, estando ciente das penalidades previstas na referida legislação, além daquelas cominadas na Lei nº 13.303/16 e outras normas de licitações e contratos aplicáveis à CEGÁS.

11.2 A CONTRATADA deverá pautar sua atuação nos princípios éticos e compromissos definidos no "CÓDIGO DE CONDUITA E INTEGRIDADE" da CEGÁS, disponível para download no sítio eletrônico da CEGÁS. Dessa forma, não caberá ao CONTRATADA quaisquer reclamações posteriores quanto às sanções aplicadas em virtude de descumprimento do referido Código e disposições legais contidas na Lei nº 12.846/2013.

11.3 A CONTRATADA, sem excluir o dever da CEGÁS, está obrigado a fiscalizar o cumprimento da presente Cláusula, instruindo e dando ciência a todos aqueles que atuem em seu nome, para a execução do presente Contrato, visando à prevenção, detecção e combate de atos lesivos.

11.4 A CONTRATADA se compromete a denunciar, imediatamente, a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na CEGÁS, dentre os quais:





- a. <https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/ouvidoria>;
- b. ouvidoria@cegas.com.br;
- c. Telefone ouvidoria: (85) 3266.6924;
- d. comissao.etica@cegas.com.br;
- e. cae@cegas.com.br;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ANTICORRUPÇÃO

12.1 Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as Partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido no Código de Conduta e Integridade da CEGÁS, disponibilizado no sítio eletrônico desta Companhia, assim como com o estabelecido na Lei Nº 12.846, de 01/08/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

12.2 As Partes declaram, na data de entrada em vigência deste Contrato, que as mesmas, seus diretores, executivos ou empregados não ofereceram, prometeram, deram, autorizaram, solicitaram ou aceitaram qualquer valor pecuniário indevido ou outra vantagem de qualquer tipo (ou que tenha ficado implícito que irão ou poderão fazer qualquer coisa desta natureza a qualquer momento no futuro) de alguma forma relacionada ao Contrato e que tomaram as medidas razoáveis para prevenir subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeito ao seu controle ou à sua influência de fazê-lo.

12.3. As Partes concordam que, em todos os momentos relacionados com este Contrato, ao longo de sua vigência e após, nenhuma das Partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis nacionais, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência determinante ajam da mesma forma.

12.4. As Partes declaram que vedarão as práticas seguintes a qualquer momento e de todas as formas, em relação a prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência, funcionários públicos a nível internacional, nacional ou local, partidos políticos, partidos oficiais ou candidatos a cargos políticos, diretores, executivos ou empregados de partidos, quer estas práticas sejam envolvidas direta ou indiretamente, inclusive através de terceiros:

a) Suborno: é o ato de oferecer, prometer, dar, autorizar ou aceitar qualquer valor indevido ou outras vantagens, por ou para qualquer das pessoas acima listadas ou para qualquer outra pessoa a fim de obter ou reter o negócio ou outras vantagens impróprias, em conexão com contratos públicos ou privados, licenças regulatórias, tributação, taxas alfandegárias, procedimentos judiciais e legislativos.

A prática de suborno não se limita ao descrito, mas frequentemente inclui:

- i) repasse de parte do pagamento do contrato a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais ou aos empregados da outra Parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios, ou,





- ii) O uso de intermediários como agentes, subcontratadas, consultores ou outros terceiros, para canalizar o pagamento a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais, ou aos empregados da outra parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios.

b) Extorsão ou Solicitação: é a exigência de um suborno, seja ou não acoplado a uma ameaça se a exigência é recusada. Cada parte se oporá a qualquer tentativa de extorsão ou solicitação e é encorajada a reportar tais tentativas através dos meios formais ou informais de comunicação, a menos que tal relatório seja considerado contraproducente dadas as circunstâncias.

c) Tráfico de Influências: é o ato de oferecer ou solicitar uma vantagem indevida por meio do exercício de influência imprópria, real ou suposta com o objetivo de obter uma vantagem indevida para si ou para qualquer outra pessoa.

d) Lavagem dos proventos das práticas corruptas acima mencionadas: é a ocultação ou disfarce da origem ilícita, da fonte, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, sendo que tal propriedade é produto de crime. Em respeito aos terceiros, sujeitos ao controle ou influência determinante de uma Parte, incluindo, mas não limitado aos fiscais do Contrato, agentes, consultores de desenvolvimento de negócios, representantes de vendas, agentes aduaneiros, consultores gerais, revendedores, subcontratadas, franqueados, advogados, contadores ou intermediários similares, atuando a favor da Parte no que diz respeito ao marketing ou vendas, a negociação dos contratos, a obtenção de licenças, permissões ou outras autorizações, ou qualquer ação que beneficie a parte ou os subcontratadas, as Partes se comprometem a instruí-los a:

- i) não participar ou tolerar qualquer ato de corrupção;
- ii) não usar suas posições para a condução de práticas de corrupção; contratá-los apenas na extensão necessária para a condução regular dos negócios das Partes;
- iii) não pagar mais do que a remuneração adequada ao legítimo serviço.

12.5. O descumprimento dos deveres estipulados nos itens antecedentes ensejará a abertura de procedimento administrativo contraditório para apurar a conduta da Parte que violar o referido dispositivo. Constatada administrativamente qualquer prática contrária aos deveres estipulados nestas cláusulas, a Parte poderá notificar a outra Parte e exigir que essa Parte tome as medidas corretivas necessárias em um prazo razoável. Se a Parte notificada falhar ao tomar as medidas corretivas necessárias, ou se essas medidas não forem possíveis, poderá invocar defesa provando que quando as evidências da violação surgiram, tinha colocado em prática medidas preventivas anticorrupções, capazes de detectar o ato de corrupção e promover uma cultura de integridade na organização.

12.6. Se nenhuma medida corretiva for tomada, a Parte notificante poderá, a seu critério, independentemente às providências descritas no item acima, suspender o contrato ou encerrá-lo, considerando que todo o montante contratualmente até a suspensão ou término do Contrato continuarão devidos, na medida do permitido pela lei aplicável.

12.7. Além do disposto acima, após a apuração dos fatos pela CEGÁS, o resultado será publicado no Diário Oficial, dando-se ciência ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à PGE para eventuais medidas administrativas ou judiciais cabíveis.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da comarca de Fortaleza - CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Fortaleza/CE., 21 de dezembro de 2022 | 11:28 BRT

DocuSigned by:
Francisca Maria Maia
2667567CFD964B0...
FRANCISCA MARIA MAIA
Diretor Presidente
Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS

DocuSigned by:
Leandro Petsold dos Santos Araújo
8E5C9CE948FF4E3...
LEANDRO PETSOLD DOS SANTOS ARAÚJO
Diretor Administrativo e Financeiro
Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS

DocuSigned by:
Monica Regina Gondim Feitosa
7E489EDAECB24ED...
MONICA REGINA GONDIM FEITOSA
Presidente
Fundo Estadual da Criança e do Adolescente-FECA

DocuSigned by:
Monica Regina Gondim Feitosa
7E489EDAECB24ED...
MONICA REGINA GONDIM FEITOSA
Presidente
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará – CEDCA/CE

DocuSigned by:
Francisco Sullivan Bastos Mota
579D98F5A05D4D3...
FRANCISCO SULIVAN BASTOS MOTA
Presidente
Instituto da Primeira Infância - IPREDE

TESTEMUNHAS:

DocuSigned by:
Paulo Sérgio Souto Mota
8EF278BD930E421...
Nome: paulo Sérgio Souto Mota
CPF: 35985380300

DocuSigned by:
Jorge Alexandre de Oliveira Neto
882A52508887432...
Nome: JORGE ALEXANDRE DE OLIVEIRA NETO
CPF: 06300971350

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 06D0B72C6BA046E0A89C9D8B917160C0
 Assunto: Complete com a DocuSign: TD-007-2022-FECA_IPREDE.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 10
 Certificar páginas: 6
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Glads Maria Pinheiro Mota
 Rua Santo Antonio no 17, Sala F
 Eusebio, CE 61760-000
 glads.mota@cegas.com.br
 Endereço IP: 189.50.223.210

Rastreamento de registros

Status: Original
 16/12/2022 10:51:37

Portador: Glads Maria Pinheiro Mota
 glads.mota@cegas.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Monica Damasceno
 monica.damasceno@cegas.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

Assinatura

DS


Registro de hora e data

Enviado: 16/12/2022 11:21:23
 Visualizado: 16/12/2022 11:30:54
 Assinado: 16/12/2022 11:31:07

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 189.50.223.210

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 11/04/2021 13:24:46
 ID: 04edd9e3-0c6a-44b8-b8e9-2f2e0dae24fe

Monica Regina Gondim Feitosa
 cedcaceara@yahoo.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

DocuSigned by:

 7E489EDAECB24ED...


Enviado: 16/12/2022 11:31:15
 Visualizado: 19/12/2022 09:07:22
 Assinado: 19/12/2022 09:08:18

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura
 carregada
 Usando endereço IP: 189.90.160.58

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 19/12/2022 09:07:22
 ID: 48d8c8f7-5405-4c54-bac4-97f0f616a5f0

Monica Regina Gondim Feitosa
 cedcaceara@yahoo.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

DocuSigned by:

 7E489EDAECB24ED...


Enviado: 19/12/2022 09:08:25
 Visualizado: 19/12/2022 09:10:24
 Assinado: 19/12/2022 09:11:20

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura
 carregada
 Usando endereço IP: 189.90.160.58

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 19/12/2022 09:10:24
 ID: f440e750-81c1-4779-9d42-b7a924d3a319

Francisco Sulivan Bastos Mota
 sullivanmota@yahoo.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

DocuSigned by:

 579D95F5AD5D4D3...

Enviado: 19/12/2022 09:11:28
 Visualizado: 19/12/2022 09:17:00
 Assinado: 19/12/2022 09:18:22

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 201.20.115.134

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
<p>Aceito: 19/12/2022 09:17:00 ID: 39a1158b-a81d-453a-ae46-fec293c3f872</p> <p>Leandro Petsold dos Santos Araújo leandro.araujo@cegas.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 19/12/2022 10:19:47 ID: 1a4d6c24-1a52-4199-a093-a0271f3f4ffc</p> <p>Francisca Maria Maia cissa.maia@cegas.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 21/12/2022 11:27:33 ID: f0039fca-9ef9-4d95-bb04-9df7472fcd65</p> <p>Paulo Sérgio Souto Mota paulo.mota@cegas.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 08/12/2021 10:26:59 ID: f44e4ce2-700d-4e38-b31c-b5c356cea60c</p> <p>Jorge Alexandre de Oliveira Neto jorge.alexandre@cegas.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 14/12/2022 10:09:44 ID: 9ad7159e-3277-4283-8783-c2310577ce64</p>	<p>DocuSigned by: <i>Leandro Petsold dos Santos Araújo</i> 6E5C9CE948FF4E3...</p> <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 189.50.223.210</p> <p>DocuSigned by: <i>Francisca Maria Maia</i> 2667567CFD964B0...</p> <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 189.50.223.210</p> <p>DocuSigned by: <i>Paulo Sérgio Souto Mota</i> 6EF278BD930E421...</p> <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 189.50.223.210</p> <p>DocuSigned by: <i>Jorge Alexandre de Oliveira Neto</i> 892A52508897432...</p> <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 189.50.223.210</p>	<p>Enviado: 19/12/2022 09:18:34 Visualizado: 19/12/2022 10:19:47 Assinado: 19/12/2022 10:20:20</p> <p>Enviado: 19/12/2022 10:20:33 Reenviado: 21/12/2022 09:31:39 Visualizado: 21/12/2022 11:27:33 Assinado: 21/12/2022 11:28:47</p> <p>Enviado: 21/12/2022 11:28:58 Visualizado: 21/12/2022 11:38:05 Assinado: 21/12/2022 11:38:46</p> <p>Enviado: 21/12/2022 11:38:55 Visualizado: 21/12/2022 11:42:50 Assinado: 21/12/2022 11:43:17</p>
Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
<p>Maria Elizabeth Ferreira Wanderley elizabeth.wanderley@cegas.com.br Técnica de Processos Organizacionais CEGÁS</p> <p>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não disponível através da DocuSign</p>	Copiado	<p>Enviado: 21/12/2022 11:43:26 Visualizado: 21/12/2022 11:45:41</p>

<p>Jorge Alexandre jorge.alexandre@cegas.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 14/12/2022 10:09:44 ID: 9ad7159e-3277-4283-8783-c2310577ce64</p>	Copiado	<p>Enviado: 21/12/2022 11:43:29</p>
--	----------------	-------------------------------------

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	16/12/2022 11:21:23
Entrega certificada	Segurança verificada	21/12/2022 11:42:50
Assinatura concluída	Segurança verificada	21/12/2022 11:43:17
Concluído	Segurança verificada	21/12/2022 11:43:29

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico
--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, HCITIS OBO CEGAS - ISV (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact HCITIS OBO CEGAS - ISV:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: admin.gerti@cegas.com.br

To advise HCITIS OBO CEGAS - ISV of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at admin.gerti@cegas.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from HCITIS OBO CEGAS - ISV

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to admin.gerti@cegas.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with HCITIS OBO CEGAS - ISV

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to admin.gerti@cegas.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify HCITIS OBO CEGAS - ISV as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by HCITIS OBO CEGAS - ISV during the course of your relationship with HCITIS OBO CEGAS - ISV.